



Número: 0600723-71.2024.6.14.0020

Classe: Ação de Investigação Judicial Eleitoral

Órgão julgador: 020ª Zona Eleitoral de Santarém PA

Última distribuição : 10/12/2024

Valor da causa: R\$ 0,00

Assuntos: Inelegibilidade - Abuso do Poder Econômico ou Político, Inelegibilidade - Representação ou Ação de Investigação Judicial Eleitoral Jugada Procedente pela Justiça Eleitoral

Segredo de Justiça? Não

Justiça gratuita? Não

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? Não

Partes	Advogados
JUSCELINO KUBITSCHEK CAMPOS DE SOUZA (INVESTIGANTE)	
	JOSE RONALDO CAMPOS DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) WEMERSON DINIZ ALMEIDA (ADVOGADO)
GIOVANE LIMA DA SILVA (INVESTIGANTE)	
	JOSE RONALDO CAMPOS DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO)
HELDER ZAHLUTH BARBALHO (INVESTIGADO)	
	ARTHUR SISO PINHEIRO (ADVOGADO) ANTONIO REIS GRAIM NETO registrado(a) civilmente como ANTONIO REIS GRAIM NETO (ADVOGADO) ROBERTTA MIWAKO TAKANASHI DA SILVA CENTENO (ADVOGADO) PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH (ADVOGADO) MURILLO GUERREIRO SOUZA (ADVOGADO) ANA REBECCA MANITO LITAIFF (ADVOGADO) KASSIA RIQUE DE OLIVEIRA SHERRING (ADVOGADO) NAIADE NUNES PINTO DOS REIS (ADVOGADO) BHRENNNA BRITO MEDEIROS (ADVOGADO) BRENDA SFAIR NOBREGA (ADVOGADO) LEONARDO SA DE BARROS SOUZA (ADVOGADO) CARLOS WALDIELISSON BENTO SILVA (ADVOGADO) BIANCA RIBEIRO LOBATO (ADVOGADO)
FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA (INVESTIGADO)	
	ANDRE FERREIRA PINHO (ADVOGADO) JEFFERSON LIMA BRITO registrado(a) civilmente como JEFFERSON LIMA BRITO (ADVOGADO) JOSE ARTUR MACHADO LIMA (ADVOGADO) JOSE MARIA FERREIRA LIMA (ADVOGADO) MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS (ADVOGADO) RAFAEL DE SOUSA REGO (ADVOGADO) WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS NETO (ADVOGADO)
JOSE MARIA TAPAJOS (INVESTIGADO)	

	JOSE MARIA FERREIRA LIMA (ADVOGADO) JOSE ARTUR MACHADO LIMA (ADVOGADO) MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS (ADVOGADO) WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS NETO (ADVOGADO) RAFAEL DE SOUSA REGO (ADVOGADO) JEFFERSON LIMA BRITO registrado(a) civilmente como JEFFERSON LIMA BRITO (ADVOGADO) ANDRE FERREIRA PINHO (ADVOGADO)
CARLOS EDUARDO CARDOSO MARTINS (INVESTIGADO)	
	ANDRE FERREIRA PINHO (ADVOGADO) JEFFERSON LIMA BRITO registrado(a) civilmente como JEFFERSON LIMA BRITO (ADVOGADO) JOSE ARTUR MACHADO LIMA (ADVOGADO) JOSE MARIA FERREIRA LIMA (ADVOGADO) MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS (ADVOGADO) RAFAEL DE SOUSA REGO (ADVOGADO) WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS NETO (ADVOGADO)

Outros participantes	
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PARÁ (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
125585041	19/11/2025 12:12	Sentença	Sentença



JUSTIÇA ELEITORAL
020ª ZONA ELEITORAL DE SANTARÉM PA

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0600723-71.2024.6.14.0020 / 020ª ZONA ELEITORAL DE SANTARÉM PA

INVESTIGANTE: JUSCELINO KUBITSCHKE CAMPOS DE SOUZA, GIOVANE LIMA DA SILVA
Representantes do(a) INVESTIGANTE: JOSE RONALDO CAMPOS DE SOUZA JUNIOR - PA8952, WEMERSON DINIZ ALMEIDA - PA28910

Representante do(a) INVESTIGANTE: JOSE RONALDO CAMPOS DE SOUZA JUNIOR - PA8952

INVESTIGADO: HELDER ZAHLUTH BARBALHO, FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA, JOSE MARIA TAPAJOS, CARLOS EDUARDO CARDOSO MARTINS

Representantes do(a) INVESTIGADO: ARTHUR SISO PINHEIRO - PA17657-A, ANTONIO REIS GRAIM NETO - PA17330, ROBERTTA MIWAKO TAKANASHI DA SILVA CENTENO - PA26875, PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH - PA18950-A, MURILLO GUERREIRO SOUZA - PA20720-A, ANA REBECCA MANITO LITAIFF - PA28774, KASSIA RIQUE DE OLIVEIRA SHERRING - PA31470-A, NAIADE NUNES PINTO DOS REIS - PA31506, BHRENNNA BRITO MEDEIROS - PA28906, BRENDA SFAIR NOBREGA - PA31923, LEONARDO SA DE BARROS SOUZA - PA35685, CARLOS WALDIELISSON BENTO SILVA - PA36987, BIANCA RIBEIRO LOBATO - PA24701-A

Representantes do(a) INVESTIGADO: ANDRE FERREIRA PINHO - PA20416, JEFFERSON LIMA BRITO - PA004993, JOSE ARTUR MACHADO LIMA - PA28380, JOSE MARIA FERREIRA LIMA - PA5346, MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS - PA4288-A, RAFAEL DE SOUSA REGO - PA22818, WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS NETO - PA23444-A

Representantes do(a) INVESTIGADO: JOSE MARIA FERREIRA LIMA - PA5346, JOSE ARTUR MACHADO LIMA - PA28380, MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS - PA4288-A, WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS NETO - PA23444-A, RAFAEL DE SOUSA REGO - PA22818, JEFFERSON LIMA BRITO - PA004993, ANDRE FERREIRA PINHO - PA20416

Representantes do(a) INVESTIGADO: ANDRE FERREIRA PINHO - PA20416, JEFFERSON LIMA BRITO - PA004993, JOSE ARTUR MACHADO LIMA - PA28380, JOSE MARIA FERREIRA LIMA - PA5346, MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS - PA4288-A, RAFAEL DE SOUSA REGO - PA22818, WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS NETO - PA23444-A

SENTENÇA

Vistos, etc;

Tratam os autos de **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - AIJE**, proposta pela **COLIGAÇÃO "O POVO ESTÁ DE VOLTA"**, composta pelo Partido Liberal - PL e pelo Partido AVANTE, representada pelos Srs. **GIOVANE LIMA DA SILVA e JUSCELINO KUBITSCHKE CAMPOS DE SOUZA**, em face de **HELDER ZAHLUTH BARBALHO, FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA, JOSÉ MARIA TAPAJÓS e CARLOS EDUARDO CARDOSO MARTINS**, todos devidamente qualificados nos autos, por suposto utilização indevida, desvio ou abuso do poder econômico e político, bem como a captação indevida de sufrágio nas eleições municipais



Este documento foi gerado pelo usuário 854.***.***-68 em 20/11/2025 09:32:11

Número do documento: 25111912125352300000118284311

<https://pje1g-pa.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25111912125352300000118284311>

Assinado eletronicamente por: GABRIEL VELOSO DE ARAUJO - 19/11/2025 12:12:53

de 2024, no município de Santarém/PA, nos termos do art. 73 e seguintes da Lei 9.504/97 c/c art. 22 da Lei Complementar nº 64/90.

Alegam os autores, em síntese, que os dois primeiros investigados, servindo-se de seus cargos públicos, teriam sido responsáveis por práticas ilegais e abusivas em benefício dos demais investigados, o que causou desequilíbrio do processo eleitoral e desigualdade na disputa entre os candidatos.

Entre as condutas alegadas, estão a utilização em campanha da máquina pública estatal e municipal para a promoção da imagem do terceiro investigado, com intensificação atípica das visitas oficiais ao governador ao município durante o período eleitoral, anúncios de diversas obras, investimentos, contratos e programas sociais e emergenciais e ampla divulgação das ações nas redes sociais, ferindo o princípio da isonomia entre candidatos no processo eleitoral. No mesmo sentido, ponderam ainda que houve a utilização excessiva de recursos patrimoniais e humanos que representam valor econômico, capazes de influenciar a vontade do eleitor.

Ao final, pugnam pela procedência da presente AIJE, requerendo a decretação da inelegibilidade dos investigados e a cassação dos registros ou dos seus diplomas, pela prática de abuso de poder político, econômico e dos meios de comunicação, bem como a remessa dos autos ao Ministério Público Eleitoral para a apuração de eventuais delitos relativos aos fatos relatados.

Juntaram vídeos e outros documentos na finalidade de comprovação do que foi alegado.

Devidamente citados, os investigados apresentaram respectivamente suas contestações, onde refutaram tudo o que foi apresentado na inicial, ponderando, em síntese, não haver nos autos razoabilidade nos fatos narrados ou acervo probatório suficientes e capazes de comprovar o alegado abuso de poder político, econômico e captação ilícita de sufrágio, ou mesmo qualquer participação dos investigados nos fatos imputados com a finalidade de exaltar qualidades ou promover candidato, tampouco obter benefício de caráter eleitoral durante o período de campanha, ainda que, o governador nas suas aparições públicas, manteve-se imparcial, sem fazer qualquer menção explícita à campanha eleitoral.

Em audiência, foi ouvida a Sra. Cíntia Malcher Silva na qualidade de informante, as demais testemunhas foram dispensadas pelas partes.

Encerrada a instrução, abriu-se prazo para a apresentação das alegações finais.

Em suas alegações finais, as partes praticamente reafirmaram tudo o que foi apresentado na inicial e nas contestações.

O Ministério Público Eleitoral nos memoriais de id 1125573677, se manifestou pela total improcedência da ação, entendendo não haver configurado abuso de poder econômico ou político, em razão da ausência de prova robusta, bem como a inexistência de gravidade capaz de comprometer a legitimidade do pleito eleitoral.

Outrossim, considerou inexistente a captação ilícita de sufrágio, visto não ter observado pedido de voto, promessa de vantagem ou conduta semelhante, e assim, não haver afetado a isonomia entre os candidatos e a liberdade de voto, inexistindo qualquer elemento que pudesse ferir a regularidade das eleições 2024.

Após, vieram os autos conclusos para a decisão.

É o breve relatório. Decido.

Ab initio, é de ressaltar que a Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE é o instrumento



adequado para apurar abuso do poder econômico, político e captação ilícita de sufrágio, conforme se apresenta na inicial, mas o ponto aqui a ser analisado é se realmente houve tais transgressões apontadas pelos investigadores, conforme se apresenta na inicial.

Pois bem, o abuso do poder econômico tem previsão no art. 14, § 9º, da CF/88:

Art. 14 (...) § 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições **contra a influência do poder econômico** ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

Já o artigo 41-A, da Lei nº9.504/97, prevê que constitui captação de sufrágio, **o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto**, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza.

Assim, na captação ilícita de sufrágio, ou compra de votos, o beneficiário da ação do candidato deve ser, necessariamente, o eleitor, caso contrário, não haverá perigo ou ameaça ao bem jurídico tutelado, que é a liberdade de voto, não se configurando, portanto, o ilícito.

No caso em tela, como bem apontado pela Promotoria Eleitoral, *"A inicial limita-se à narrativas genéricas, sem individualização de condutas e sem comprovação do uso da máquina pública para a promoção da campanha dos candidatos José Maria e Carlos Martins tenham conexão com as visitas do Governador ao município ou que os atos de gestão municipal tenham desequilibrado a disputa"*,

De fato, como sustentado pela defesa de HELDER ZAHLUTH BARBALHO, as visitas institucionais ocorreram no âmbito da conjuntura de crise ambiental, deflagrada pela estiagem do Rio Tapajós e pela recorrência de incêndios florestais na área, com ações que culminaram na distribuição de alimentos, expansão dos serviços de assistência sanitária, social e na subscrição de ordens de serviço.

Nesse sentido, os investigadores não conseguiram demonstrar que as ações sociais promovidas pelo Governo do Estado e as visitas do Governador no período eleitoral estivessem concretamente vinculadas às candidaturas dos representados, restando tais argumentos e provas apresentadas frágeis demais para sustentar um pedido de cassação de mandato eletivo.

No entendimento do TSE, para que seja configurado o uso indevido e abuso do poder econômico, político e captação ilícita de sufrágio, além de outros requisitos, é necessário a presença de provas robustas, vejamos:

"ELEIÇÕES 2020. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. PREFEITO E VICE-PREFEITO. REELEIÇÃO. ABUSO DO PODER POLÍTICO. USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. CONDUTAS VEDADAS. IMPROCEDÊNCIA. PROVAS INSUFICIENTES. CARÁTER INFORMATIVO DAS PUBLICAÇÕES. O VOTO VENCIDO NÃO INTEGRA A MOLDURA FÁTICA QUANDO CONTRARIA O EXAME FÁTICO-PROBATÓRIO DA MAIORIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 24 E 30 DO TSE. NÃO PROVIMENTO. SÍNTESE DO CASO1. O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, por maioria,



negou provimento a recurso eleitoral e manteve a sentença que julgou improcedente a ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) fundada em suposta prática de abuso de poder político, uso indevido dos meios de comunicação social e condutas vedadas previstas nos arts. 73, I, III, IV e 74 da Lei 9.504/97, por Orlando Morando, então prefeito do município de São Bernardo do Campo/SP, nas Eleições de 2020.2. Por meio de decisão agravada, foi negado seguimento ao agravo em recurso especial eleitoral, com base na incidência dos verbetes sumulares 24 e 30 do Tribunal Superior Eleitoral. ANÁLISE DO AGRAVO REGIMENTAL (...)5. O Tribunal de origem, soberano na análise de fatos e provas, ao analisar a questão, consignou que não ficou comprovada a grave repercussão eleitoral do fato e que ficou demonstrado que a publicidade foi realização com o intuito de divulgar aos municípes as ações promovidas pela prefeitura, uma vez que possuíam caráter meramente informativo, e não a promoção pessoal do recorrido com finalidade eleitoral.6. A revisão do entendimento do Tribunal Regional para acolher a alegação recursal de que ficaram demonstrados nos autos a prática da conduta vedada e abuso de poder, demandaria a incursão no contexto fático-probatório, providência inviável em sede extraordinária, a teor da Súmula 24 do TSE.7. A orientação da Corte de origem está em consonância com a jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o "uso indevido dos meios de comunicação social na mídia escrita caracteriza-se apenas pela exposição massiva, repetitiva e duradoura ao longo do tempo" (AgR-REspEI 442-28, rel. Min. Luís Felipe Salomão, DJE de 3.5.2021), bem como que, **"para a configuração do abuso de poder [é necessária] de prova inconteste e contundente da ocorrência do ilícito eleitoral, inviabilizada qualquer pretensão articulada com respaldo em conjecturas e presunções"** (AgR-RO-EI 0600006-03, rel. Min. Alexandre de Moraes, DJE de 2.2.2021).CONCLUSÃO.Agravo regimental a que se nega provimento.(...).BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Agravo Regimental No Agravo Em Recurso Especial Eleitoral 060097688/SP, Relator(a) Min. Floriano De Azevedo Marques, Acórdão de 07/11/2024, Publicado no(a) Diário de Justiça Eletrônico 206, data 19/11/2024. **(grifos meus).**"

O Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PA, também se posicionou no mesmo sentido:

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2020. CARGO DE VEREADOR. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME). ABUSO DE PODER ECONÔMICO. AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS. PEDIDOS IMPROCEDENTES. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - AIME é ação de índole constitucional, que encontra fundamento nas hipóteses taxativas previstas no artigo 14, § 10, da Constituição Federal e tem por objetivo atacar diretamente o mandato obtido por um candidato eleito, em face da ocorrência de abuso de poder econômico, corrupção ou fraude. 2. O abuso de poder econômico caracteriza-se quando há utilização excessiva, antes ou durante a campanha eleitoral, de recursos financeiros ou patrimoniais, com a finalidade de beneficiar candidato, partido ou determinado agente público. 3. A aplicação das sanções por abuso de poder exige juízo de convicção e certeza, pois se adentra na esfera da soberania popular. **4. É assente na jurisprudência que para se caracterizar abuso de poder econômico é necessária prova robusta.** O que emerge dos autos são incertezas, que, por óbvio, não podem servir para condenar o recorrido nas sanções do artigo art. 22 da LC 64/90. 5. Recurso conhecido e desprovido. 6. Sentença zonal mantida intacta. (TRE-PA - RE: 06000033920216140011 IRITUIA - PA, Relator: Des. JUIZ EDMAR SILVA PEREIRA, Data de Julgamento: 23/08/2022, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 169, Data 30/08/2022, Página 14-15)

Posto isso, diante da ausência de provas concretas e considerando a fragilidade dos elementos probatórios carreados aos autos, que são incapazes de demonstrar a caracterização da prática



de desvio e/ou abuso de poder econômico, bem como captação ilícita de sufrágio praticado pelos investigados, a improcedência do pedido é a medida que se impõe, principalmente em respeito ao princípio do *in dubio pro suffragio*, pelo qual a expressão do voto popular deve ser preservada e tutelada pela justiça.

Ante o exposto, acompanhando o Ministério Público Eleitoral - MPE, **JULGO IMPROCEDENTE** a presente Ação de Investigação Judicial Eleitoral proposta pela **COLIGAÇÃO "O POVO ESTÁ DE VOLTA"**, composta pelo Partido Liberal - PL e pelo Partido AVANTE, representada pelos Srs. **GIOVANE LIMA DA SILVA e JUSCELINO KUBITSCHKE CAMPOS DE SOUZA**, em face de **HELDER ZAHLUTH BARBALHO, FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA, JOSÉ MARIA TAPAJÓS e CARLOS EDUARDO CARDOSO MARTINS**, extinguindo o processo com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Ciência ao MPE.

Dr. Gabriel Veloso de Araújo
Juiz da 20ª Zona Eleitoral
Santarém - Pará

